

# Povos Indígenas, Autonomia e Cidadania

Ao longo da história, o Estado brasileiro impôs políticas de tutela, assimilação e reconhecimento parcial, que limitaram a autonomia dos povos indígenas. No entanto, sua persistência cultural e resiliência estabeleceram caminhos de resistência e diálogo que, com a redemocratização e a Constituição de 1988, culminaram no reconhecimento da diversidade étnica do país, da plena cidadania indígena, e dos direitos originários.

## Do Brasil Colônia ao Estatuto do Índio



## A luta contra a Ditadura Militar



## Direitos específicos e autonomia na Constituição Cidadã

A mobilização indígena forçou a nação a reconhecer suas múltiplas matrizes e sua pluralidade étnica. A Constituição de 1988 (CF/88) estabeleceu a plena cidadania dos indígenas, garantindo-lhes os direitos e deveres de todo brasileiro, e direitos específicos.

Apesar disso, persistem desafios na implementação plena desses direitos, como a finalização do processo de demarcação e proteção territorial, o direito à consulta prévia dos povos indígenas em relação a decisões que possam lhes afetar e o acesso adequado a políticas públicas.



### INDÍGENAS NO BRASIL Segundo Censo 2022

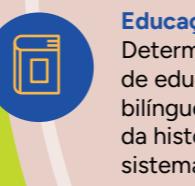
- 1,69 milhão de indígenas
  - 391 povos
  - 295 línguas
- Fonte: IBGE

#### Autonomia

Reconhece o direito dos povos indígenas de decidir sobre sua vida coletiva (suas formas de organização, produção, práticas culturais e gestão territorial) e de defender seus direitos perante o Estado, com apoio do Ministério Público.

#### Educação

Determina a criação de um sistema de educação escolar indígena, bilíngue e intercultural, e o ensino da história e culturas indígenas no sistema educacional nacional.



#### Direitos Territoriais

Reconhece que os direitos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas são anteriores à formação do Brasil (direitos originários), e que o Estado tem a obrigação de demarcar e garantir-lhes o usufruto exclusivo dessas terras.

#### Saúde

Prevê um subsistema de saúde específico, coordenado pelo governo federal, com participação das comunidades indígenas.



#### Cidadania

Abraça a ideia de uma nação brasileira multicultural e etnicamente diversa, garantindo o respeito às formas de organização social, costumes, línguas, crenças e tradições indígenas.



Acesse a  
Linha do Tempo  
sobre Direitos  
Indígenas

FUNDAÇÃO  
FERNANDO  
HENRIQUE  
CARDOSO

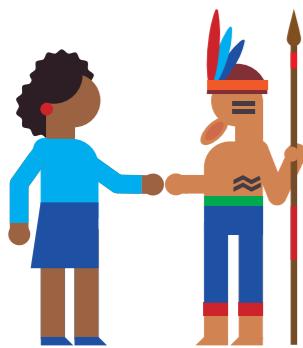
# Cidadania e Autonomia Indígena

Vamos explorar a luta dos Povos Indígenas por autonomia a partir da leitura do infográfico, refletindo sobre como o Brasil evoluiu da tutela estatal para o reconhecimento dos Direitos Originários na Constituição de 1988 e os Direitos Indígenas.

Acesse a  
Linha do Tempo  
sobre Direitos  
Indígenas



FUNDAÇÃO  
FERNANDO  
HENRIQUE  
CARDOSO



## ETAPA 1: LEITURA, PESQUISA E ANÁLISE

**1.1.** Identifique e defina os seguintes conceitos, com base no infográfico e em pesquisas complementares:

- Tutela Estatal
- Direitos Originários
- Autonomia Indígena
- Marco Temporal
- Direitos Culturais e Sociais na Constituição de 1988



• Quais direitos indígenas foram reforçados em 2002, quando o Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho?

• Com base no infográfico e em pesquisas complementares, sintetizem as etapas do processo de demarcação de terras indígenas.



**1.2.** Responda em seu caderno:

- Qual a diferença fundamental na visão do "indígena" antes e depois da Constituição de 1988?
- Como a política de tutela ("relativamente incapazes") limitava a autonomia indígena?

## ETAPA 3: DEBATE

A Constituição de 1988 declara que os povos indígenas têm o direito ao usufruto permanente e exclusivo das Terras Indígenas, de sua superfície, rios e corpos d'água.

Ela também determina que os recursos minerais, hídricos e energéticos do subsolo são propriedade da União.

Mediados por seu (sua) professor(a), você e seus colegas devem debater:

- Se a mineração em Terras Indígenas for permitida, como poderia impactar os direitos constitucionais desses povos e a gestão dos recursos naturais pela União?



Explorando a linha do tempo, cada grupo deve responder:

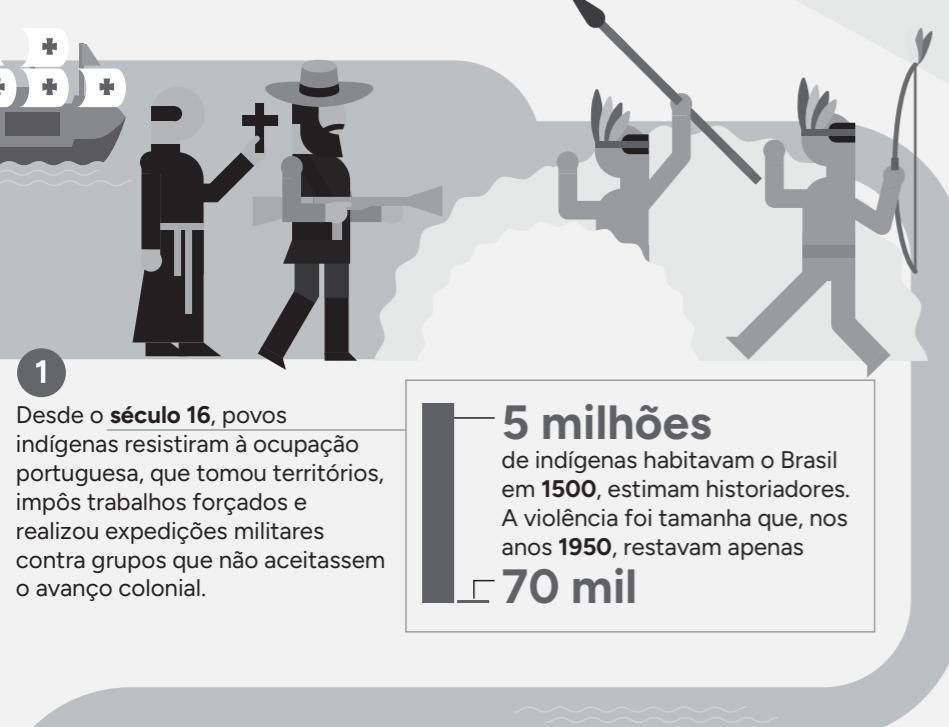
- Quais eram as principais demandas indígenas na Assembleia Nacional Constituinte?



# Povos Indígenas, Autonomia e Cidadania

Ao longo da história, o Estado brasileiro impôs políticas de tutela, assimilação e reconhecimento parcial, que limitaram a autonomia dos povos indígenas. No entanto, sua persistência cultural e resiliência estabeleceram caminhos de resistência e diálogo que, com a redemocratização e a Constituição de 1988, culminaram no reconhecimento da diversidade étnica do país, da plena cidadania indígena, e dos direitos originários.

## Do Brasil Colônia ao Estatuto do Índio



## A luta contra a Ditadura Militar

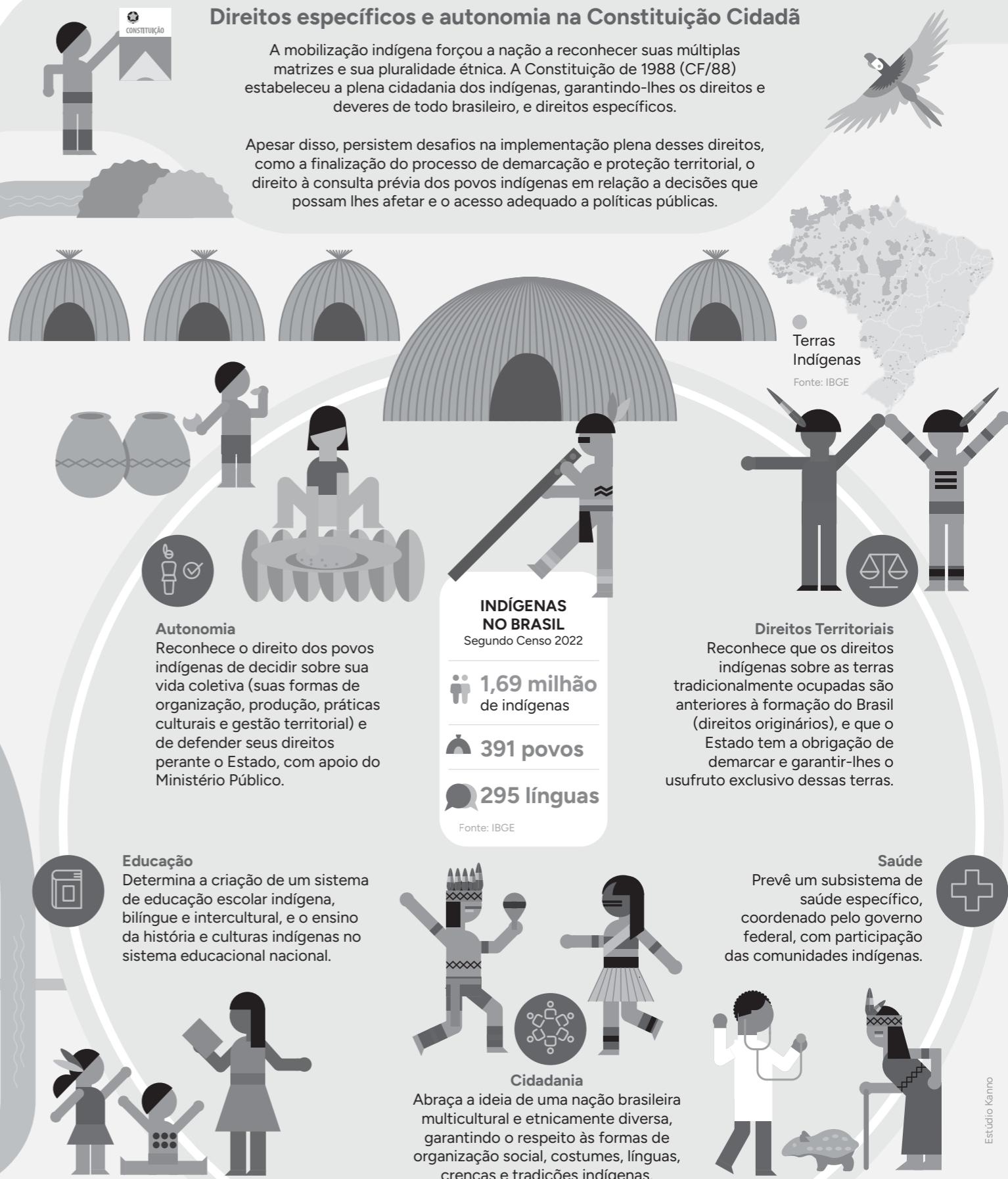
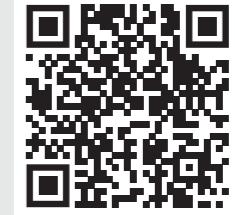


## Direitos específicos e autonomia na Constituição Cidadã

A mobilização indígena forçou a nação a reconhecer suas múltiplas matrizes e sua pluralidade étnica. A Constituição de 1988 (CF/88) estabeleceu a plena cidadania dos indígenas, garantindo-lhes os direitos e deveres de todo brasileiro, e direitos específicos.

Apesar disso, persistem desafios na implementação plena desses direitos, como a finalização do processo de demarcação e proteção territorial, o direito à consulta prévia dos povos indígenas em relação a decisões que possam lhes afetar e o acesso adequado a políticas públicas.

FUNDAÇÃO  
FERNANDO  
HENRIQUE  
CARDOSO



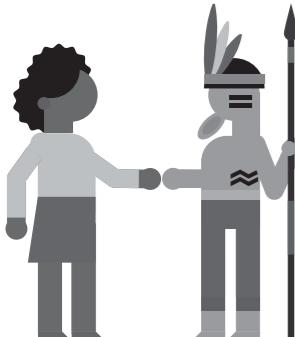
# Cidadania e Autonomia Indígena

Vamos explorar a luta dos Povos Indígenas por autonomia a partir da leitura do infográfico, refletindo sobre como o Brasil evoluiu da tutela estatal para o reconhecimento dos Direitos Originários na Constituição de 1988 e os Direitos Indígenas.



Acesse a  
Linha do Tempo  
sobre Direitos  
Indígenas

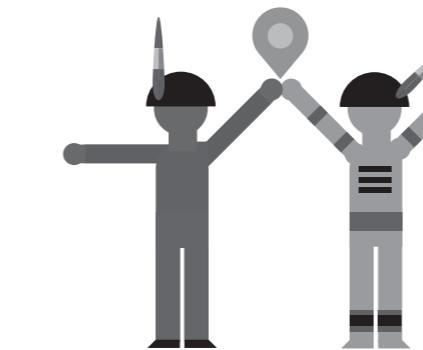
FUNDAÇÃO  
FERNANDO  
HENRIQUE  
CARDOSO



## ETAPA 1: LEITURA, PESQUISA E ANÁLISE

**1.1.** Identifique e defina os seguintes conceitos, com base no infográfico e em pesquisas complementares:

- Tutela Estatal
- Direitos Originários
- Autonomia Indígena
- Marco Temporal
- Direitos Culturais e Sociais na Constituição de 1988



- Quais direitos indígenas foram reforçados em 2002, quando o Brasil ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho?

- Com base no infográfico e em pesquisas complementares, sintetizem as etapas do processo de demarcação de terras indígenas.



**1.2.** Responda em seu caderno:

- Qual a diferença fundamental na visão do "indígena" antes e depois da Constituição de 1988?
- Como a política de tutela ("relativamente incapazes") limitava a autonomia indígena?

## ETAPA 3: DEBATE

A Constituição de 1988 declara que os povos indígenas têm o direito ao usufruto permanente e exclusivo das Terras Indígenas, de sua superfície, rios e corpos d'água.

Ela também determina que os recursos minerais, hídricos e energéticos do subsolo são propriedade da União.

Mediados por seu (sua) professor(a), você e seus colegas devem debater:

- Se a mineração em Terras Indígenas for permitida, como poderia impactar os direitos constitucionais desses povos e a gestão dos recursos naturais pela União?



Explorando a linha do tempo, cada grupo deve responder:

- Quais eram as principais demandas indígenas na Assembleia Nacional Constituinte?

